



## *HISTÓRIA DA GRAMÁTICA E GRAMÁTICA ESCOLAR: CONTINUIDADES EPISTEMOLÓGICAS NA OBRA DE JOSÉ BORGES NETO*

Jorge Viana de MORAES<sup>1</sup>  
(USP – Universidade de São Paulo)

Rafael Sicoli PACHECO<sup>2</sup>  
(USP – Universidade de São Paulo)

Embora seja voz corrente que a gramática escolar tem sua origem na gramática grega e que sua teoria subjacente seja, basicamente, a mesma teoria que sustentava a gramática grega, não podemos ser ingênuos em supor que a gramática escolar de nossos dias não seja depositária das inúmeras interferências, maiores ou menores, que esta teoria sofreu nos vários séculos que separam, digamos, Celso Cunha (século XX) de Dionísio Trácio (século I a.C.).

Uma exposição da história da gramática escolar, então, parece ser necessária.

[...] creio que é hora de expor a minha narrativa sobre a história da gramática, íntegra, perfeita, incompleta e possivelmente equivocada em inúmeros pontos.

(José Borge Neto. In: *História da Gramática*.)

### *1. UM LUGAR SINGULAR NOS ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS*

---

<sup>1</sup> Doutor e Pós-Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) – no campo da História das Ideias Linguísticas/Historiografia Linguística –, onde atua como pesquisador no referido campo e no das Ciências da Linguagem (Área de Filologia e Língua Portuguesa) e como professor em disciplinas de graduação e pós-graduação. O autor é Editor Associado dos *Cadernos de Linguística* (ABRALIN), para textos voltados exclusivamente para a Área de História das Ideias Linguísticas/Historiografia Linguística.

<sup>2</sup> Doutorando em Letras (Filologia e Língua Portuguesa) pela FFLCH-USP, onde desenvolve tese sobre o linguista Edmundo Silvío Elia (1913-1998), no campo da História das Ideias Linguísticas. Mestre em Letras (FFLCH-USP) (2023). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo - Universidade Metodista de São Paulo (2013) e Letras - Faculdade Estácio de Sá (2023).

A recente obra **História da gramática**, de José Borges Neto (2022), já ocupa um lugar singular nos estudos linguísticos e historiográficos brasileiros, por conjugar erudição histórica, rigor teórico e consciência epistemológica. Desde as páginas iniciais, o autor explicita que sua reconstrução não pretende oferecer um relato definitivo, mas “apenas uma narrativa possível”, gesto que antecipa a perspectiva crítica que organiza o livro e o distancia de panoramas tradicionais.



Essa postura metodológica é formulada com clareza pelo próprio autor ao afirmar: “Minha narrativa é exatamente isso: uma narrativa. Pode (deve?), portanto, ser falsa ou, pelo menos, discutível. Com a palavra os leitores” (BORGES NETO, 2022, p. 26). Ao assumir explicitamente a possibilidade de falsidade ou de contestação de sua narrativa, Borges Neto desloca o foco da autoridade do historiador para o diálogo crítico com o leitor, reforçando o caráter epistemologicamente reflexivo da obra.

O livro, que circulou inicialmente em formato manuscrito em circuito restrito entre alguns pesquisadores, merecia um tratamento editorial à altura de seu conteúdo. Em 2022, foi publicada a edição impressa pela Editora da UFPR e, em consonância com uma política pública coerente – uma vez que o trabalho resulta das pesquisas de um importante pesquisador de uma instituição pública de ensino superior –, o volume passou a ser disponibilizado também gratuitamente no site da editora em dezembro de 2024.

## 2. O AUTOR

José Borges Neto é linguista e historiador da gramática. Graduou-se em Letras pela PUC-PR em 1972, concluiu o mestrado em Linguística na Unicamp em 1979 e o doutorado na mesma área e instituição em 1991. Foi professor do Departamento de Letras da Universidade Federal do Paraná, onde se tornou professor titular em 1999, cargo que ocupou até sua aposentadoria, em 2010. Especialista em teoria da linguagem e historiografia linguística, Borges, que antes se reconhece como filósofo da linguística, tem contribuído de forma decisiva para a compreensão crítica da gramática tradicional e da gramática escolar no Brasil, como se vê na obra **História da gramática**. Mesmo aposentado, segue em plena atividade acadêmica: é Professor Sênior no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFPR e professor sênior na UNIOESTE, orientando pesquisas e participando ativamente do debate sobre teoria linguística e história dos estudos gramaticais.

### *3. ARQUITETURA CONCEITUAL E PROJETO METODOLÓGICO*

A Introdução de **História da gramática** estabelece o eixo conceitual que orienta toda a obra: a gramática tradicional é tomada como objeto histórico e a história, como prática interpretativa. Para fundamentar essa posição, Borges Neto mobiliza explicitamente a reflexão de Friedrich Nietzsche sobre os usos da história, afastando-se de uma concepção historiográfica centrada na mera narração factual do passado.

Nesse enquadramento, o interesse da história não reside na recuperação neutra dos acontecimentos, mas na utilização que indivíduos e nações fazem das narrativas históricas em função das necessidades da vida presente. Borges Neto enfatiza que os diferentes modos de escrever a história decorrem dire

tamente dos valores e interesses que orientam essas narrativas, como sintetiza no seguinte trecho:

A intenção de Nietzsche não é a de classificar tipos possíveis de historiografia, mas de mostrar que uma eventual classificação dessa natureza decorre diretamente dos valores associados ao passado a partir de necessidades da vida presente. São os usos distintos da história que determinam formas distintas de historiografia. Ou seja, interesses de indivíduos ou nações formam diferentes tipos de narrativas históricas. E, ao mesmo tempo, diferentes modos de conduzir as narrativas históricas se explicam a partir dos diferentes interesses que as geram (BORGES NETO, 2022, p. 27).

Essa concepção tem implicações diretas para o modo como Borges Neto constrói sua história da gramática. Ao recusar classificações rígidas ou tipologias pretensamente neutras da historiografia, o autor assume que toda narrativa histórica é uma construção interpretativa, orientada por valores e interesses situados. A história da gramática, nesse sentido, não pode ser entendida como simples inventário de textos ou sucessão cronológica de doutrinas.

É nesse quadro metodológico que se insere a afirmação de que, na história da gramática, o trabalho do historiador não se reduz à recuperação de documentos antigos, mas exige a análise das condições que tornam possíveis determinadas descrições linguísticas. A gramática passa, assim, a ser concebida como objeto historicamente construído, cujas categorias e classificações se naturalizam<sup>3</sup> ao longo do tempo.

Dessa forma, a Introdução explicita a filiação da obra à historiografia linguística crítica, interessada em evidenciar os pressupostos teóricos e epis-

---

<sup>3</sup> Por *naturalização*, entende-se o processo pelo qual categorias analíticas historicamente situadas passam a ser percebidas como evidentes ou universais, ocultando as condições teóricas e históricas de sua formulação.

temológicos que estruturam – mais do que simplesmente descrevem – a tradição gramatical. Esse enquadramento orienta a leitura dos capítulos subsequentes e confere unidade ao percurso histórico desenvolvido por Borges Neto.

#### 4. *A ANTIGUIDADE E A FORMAÇÃO DA ARS GRAMMATICA*

O capítulo 1 percorre a tradição grega, dos alexandrinos a Apolônio Díscolo, destacando a consolidação das partes do discurso e os primeiros modelos sintáticos. Borges Neto oferece uma leitura que combina reconstrução histórica e explicitação de problemas teóricos legados à posteridade. Nesse quadro, evidencia-se a centralidade da herança grega para a constituição da teoria gramatical ocidental, conforme sintetiza Robins:

Esta terminologia, traduzida e adaptada ao latim, passou a constituir os fundamentos de quase dois mil anos de teoria gramatical e de ensino e estudo do grego e do latim. Com base numa língua que nunca antes fora usada para materializar formulações metalinguísticas rigorosas, os gregos forjaram, através de estágios que podemos em grande parte reconstituir, um pormenorizado e bem articulado vocabulário técnico para a descrição gramatical.” (ROBINS, 1979, p. 31).

O capítulo evidencia, assim, que a tradição gramatical grega constituiu não apenas um repertório terminológico, mas um sistema teórico coerente de descrição da língua, fundado na identificação e na classificação de entidades linguísticas segundo critérios morfológicos e sintáticos. A consolidação desse aparato conceitual, posteriormente traduzido e incorporado à tradição latina, explica a longevidade e a centralidade do modelo grego na história dos estudos

gramaticais ocidentais, cuja influência se estende por séculos e estrutura, até hoje, boa parte da reflexão linguística.

No capítulo 2, dedicado à tradição latina, o autor analisa figuras centrais como Donato e Prisciano, mas concentra especial atenção em Marco Terêncio Varrão, apresentado como o primeiro gramático latino cuja obra nos chegou de forma substantiva e sistemática. Borges Neto enfatiza que, embora o pensamento de Varrão dialogue intensamente com as tradições estoica e alexandrina, sua contribuição não se limita à simples adaptação da gramática grega ao latim: ela inaugura uma reflexão própria sobre o funcionamento da língua latina, especialmente no campo da morfologia e da teoria da linguagem.

O ponto nuclear do capítulo é a recuperação da distinção varroniana entre *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria*, considerada pelo autor como formulação conceitual decisiva para compreender a articulação, no pensamento romano, entre regularidade, uso e arbitrariedade linguística. Segundo Varrão, há formas que se organizam de acordo com o sistema da língua e outras que dependem da imposição consensual dos falantes. Em suas próprias palavras: [*Algumas palavras*] *são declinadas a partir da vontade, outras a partir da natureza. [...] a declinação voluntária se refere ao consenso e a natural ao sistema da língua (De lingua Latina, X, 15, apud VALENZA, 2010, p. 121-122).*

Borges Neto destaca que essa distinção permite a Varrão propor uma solução conciliatória para o antigo debate entre analogia e anomalia, reconhecendo que ambas são constitutivas da linguagem, mas operam em níveis distintos. A *declinatio naturalis* estaria associada à analogia, enquanto a *declinatio voluntaria* admitiria maior espaço para a irregularidade e para o uso socialmente instituído. Como observa o próprio Varrão, “na declinação voluntária há anomalia, e na

natural há mais analogia”, o que revela uma concepção sofisticada da língua como sistema regulado, mas sensível à prática discursiva.

Além disso, Borges Neto reproduz e comenta passagens essenciais do *De lingua Latina* relativas à classificação quadripartida das palavras, segundo a qual existem apenas quatro partes do discurso: nomes, verbos, participios e advérbios. Essa classificação se fundamenta nos critérios de flexão de caso e de tempo, como sintetiza o próprio Varrão: *Elas são divididas em quatro partes: primeira, as que têm caso, mas não têm tempo; segunda, as que têm tempo, mas não têm caso; terceira, as que têm ambos; quarta, as que não têm nem um nem outro*” (*De lingua Latina*, X, 17, apud VALENZA, 2010, p. 122).

Embora essa proposta não tenha sido plenamente incorporada pela tradição pedagógica romana – que acabaria por consolidar o modelo das oito partes do discurso, herdado de Dionísio Trácio –, Borges Neto argumenta que ela representa um avanço metodológico expressivo. Ao tratar a morfologia como uma tabula rasa e abandonar classificações herdadas, Varrão introduz critérios abstratos e sistemáticos de análise, formulando modelos explicativos que antecipam uma abordagem mais científica da linguagem. Nesse sentido, a obra varroniana, ainda que marginalizada no ensino escolar, exerceu influência decisiva na constituição da tradição gramatical latina e no estatuto da gramática como disciplina autônoma no mundo antigo.

## 5. A IDADE MÉDIA E O PENSAMENTO ESPECULATIVO

O capítulo 3 corrige uma lacuna frequente nas histórias simplificadas da gramática, que tratam os mil anos medievais como um intervalo entre Antiguidade e Renascença. Borges Neto mostra, ao contrário, que esse período foi fértil em elaboração teórica, ao evidenciar que, ao final da Idade Média, “vemos coexistir dois ti

pos distintos de gramática”. Em um deles, a gramática conserva, aproximadamente, o mesmo caráter que apresentava já na Grécia – aprimorado pelos latinos –, como gênero de textos com funções pedagógicas e normativas, uma arte destinada ao ensino de uma forma de língua considerada “correta”.

A discussão sobre Tomás de Erfurt é exemplar: o autor expõe o sistema dos *modi essendi, modi intelligendi e modi significandi*, articulado às categorias aristotélicas e a modelos inovadores de dependência sintática. Ao apresentar trechos extensos da *Grammatica speculativa*, Borges Neto revela que a gramática medieval possuía um nível de abstração comparável ao de teorias linguísticas modernas.

Além disso, o capítulo mostra a recepção parcial desses modelos em Portugal, discutindo obras como os *Notabilia* e as *Regras*, que combinam tradição latina, influências modistas e forte orientação pedagógica.

## 6. RENASCENÇA E GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS VERNÁCULAS

O capítulo 4 é um ponto alto da obra, pois Borges Neto analisa detalhadamente as primeiras gramáticas das línguas vernáculas ibéricas, com atenção especial às gramáticas do português de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540). O autor situa essas obras no contexto mais amplo do humanismo renascentista, destacando que os objetivos dos gramáticos estavam ligados “ao ensino das línguas vernáculas (como meio para o estudo da língua e da literatura latina – objetivo final e mais nobre)”.

No caso de Fernão de Oliveira, Borges Neto chama a atenção para o caráter descritivo e analítico de sua gramática. Embora sua obra não se organize prioritariamente como instrumento escolar, o autor observa que “mesmo que a gramática de Fernão de Oliveira não seja claramente pedagógica, não se pode negar, de forma

absoluta, que a pretensão didática esteja ausente”. Além disso, enfatiza a relevância da observação empírica presente na obra, afirmando que Oliveira:

[...] com seu evidente talento de foneticista e sua capacidade de observação dos fenômenos, embora tenha tido menos impacto no desenvolvimento dos estudos gramaticais posteriores, deixou uma obra descritiva que serve de marco para os estudos da língua portuguesa (BORGES NETO, 2022, p. 171).

A análise técnica da fonologia ocupa lugar central nesse capítulo. Borges Neto assinala que, embora se mantenha “o procedimento clássico de partir dos sinais gráficos e investigar as pronúncias associadas”, a aplicação de um alfabeto latino às línguas vernáculas “colocou problemas particularmente difíceis e forçou os gramáticos renascentistas a uma investigação fonético-fonológica que inexistia para os latinos”. Segundo o autor, é possível identificar nesse movimento “o momento inicial de um descolamento entre a ortografia e a fonologia”, aspecto decisivo para a história dos estudos linguísticos nas línguas românicas.

João de Barros, por sua vez, é apresentado como gramático de orientação claramente pedagógica. Borges Neto destaca que Barros, “baseado no exemplo de Nebrija, embora divergisse em muitos pontos tanto de Nebrija quanto dos latinos, conseguiu escrever uma gramática suficientemente adequada aos propósitos pedagógicos que o moviam”, razão pela qual sua obra “influenciou decisivamente os gramáticos portugueses posteriores”. Essa vinculação ao ensino explica o caráter normativo e escolar da gramática de Barros.

De modo mais amplo, Borges Neto conclui que “os gramáticos renascentistas foram fundamentais para que os propósitos da gramática de gregos e romanos prevalecessem após o período medieval”. Desse modo, o autor reafirma que “o objetivo da gramática é pedagógico, sua natureza é basicamente normativa e o estudo

da gramática é parte da preparação necessária para a apreciação da literatura canônica”. Do ponto de vista técnico, sintetiza que “a maior inovação das gramáticas renascentistas está na fonologia”, enquanto “a morfologia e a sintaxe são bastante próximas da que se pode encontrar nas gramáticas greco-latinas”.

### *7. DA MISSÃO RELIGIOSA AO SÉCULO XIX: RACIONALISMO, PEDAGOGIA E FILOLOGIA*

Os capítulos posteriores percorrem sistematicamente diferentes momentos da tradição gramatical ocidental e luso-brasileira, contemplando a produção missionária do século XVII, o impacto teórico da *Gramática de Port-Royal*, a consolidação da tradição portuguesa oitocentista – representada por autores como Soares Barbosa e Moraes Silva – e, por fim, o processo de constituição de uma gramática brasileira, em nomes como Júlio Ribeiro e Carneiro Ribeiro.

Ao articular esses distintos contextos históricos e intelectuais, Borges Neto demonstra que categorias como “uso”, “autoridade”, “correção” e “analogia” não surgem de forma episódica ou circunstancial, mas funcionam como verdadeiros eixos estruturantes do pensamento gramatical desde a *ars* latina até a gramática escolar do século XIX. Trata-se, portanto, de uma permanência conceitual que atravessa rupturas aparentes, reformas metodológicas e reconfigurações nacionais.

Nesse sentido, a principal contribuição da obra reside em tornar visível uma continuidade epistemológica que, embora operante ao longo de séculos, raramente é tematizada de modo explícito pela historiografia linguística. Ao reconstruir essa genealogia, o autor não apenas relativiza a ideia de inovação radical atribuída a determinados períodos ou autores, como também oferece instrumentos para compreender a gramática como um saber histórico cumulativo, marcado por deslocamentos, mas também por notáveis persistências.

## 8. AVALIAÇÃO CRÍTICA

O principal mérito de **História da gramática** reside na articulação rigorosa entre descrição histórica, reflexão teórica e crítica epistemológica. Borges Neto não se limita a narrar uma sucessão de autores, obras ou escolas: ao longo do livro, evidencia como a gramática se constituiu progressivamente enquanto objeto de saber, isto é, como certas categorias analíticas foram sendo estabilizadas, naturalizadas e transmitidas como evidências, muitas vezes dissociadas das condições históricas e intelectuais que as produziram. A obra permite, assim, compreender a gramática não apenas como técnica descritiva, mas como construção intelectual profundamente marcada por disputas teóricas, interesses pedagógicos e projetos de poder.

Ao acompanhar o percurso que vai do mundo greco-latino às gramáticas renascentistas e modernas, o autor mostra de forma consistente como diferentes contextos políticos e educacionais<sup>4</sup> – do Império Romano ao projeto colonial português – moldaram os instrumentos de descrição da língua e orientaram suas finalidades normativas. A gramática emerge, assim, como saber estratégico, voltado não apenas à análise linguística, mas também à formação da cultura escrita e à legitimação de determinadas variedades linguísticas em detrimento de outras.

O recorte ocidental<sup>5</sup> adotado pelo livro é explicitamente assumido pelo autor. Embora fiquem fora do escopo tradições gramaticais igualmente sofisticadas, como a indiana<sup>6</sup>, essa delimitação não constitui fragilidade metodológica. Ao con-

---

<sup>4</sup> A gramática é entendida, ao longo da obra, como instrumento vinculado a projetos de formação cultural, administração da escrita e legitimação de variedades linguísticas, o que explica sua recorrente associação a contextos imperiais, coloniais e escolares.

<sup>5</sup> O próprio Borges Neto explicita que sua investigação se limita à tradição gramatical ocidental, entendida como aquela que fundamenta historicamente e conceitualmente o processo de gramatização do português, não tendo como objetivo oferecer uma história universal da gramática.

<sup>6</sup> Entre as tradições gramaticais não contempladas, destacam-se, por exemplo, a tradição indiana, associada à gramática de Pāṇini, e a tradição árabe medieval, ambas reconhecidas pela sofisticação formal e pela influência duradoura em seus respectivos contextos culturais.

trário, mostra-se coerente com o objetivo central da obra: reconstruir a linhagem intelectual que fundamenta o processo de gramatização<sup>7</sup> o português e, por extensão, das línguas românicas. Trata-se, portanto, de escolha consciente, orientada pela pergunta de pesquisa e pelo campo de incidência teórica do estudo.

Dessa forma, **História da gramática** afirma-se como obra de referência indispensável para a historiografia linguística, oferecendo instrumentos analíticos sólidos para a compreensão crítica da tradição gramatical. Ao mesmo tempo, revela-se leitura fundamental para pesquisadores do ensino de língua, ao explicitar as bases históricas e ideológicas das gramáticas escolares contemporâneas. Por fim, o livro se dirige também a um público mais amplo de leitores interessados em compreender como se formou o edifício<sup>8</sup> conceitual que ainda estrutura, muitas vezes de modo acrítico, nossas representações sobre língua, norma e ensino.

### REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

BORGES NETO, José. **História da gramática**. Curitiba: Editora UFPR, 2022. Série pesquisa, n. 354).

BORGES NETO, José. **História da gramática**. Curitiba: Editora UFPR, 2024. 1 recurso online (530 p.). (Série pesquisa, n. 354). Disponível em: [https://www.editora.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2024/12/Historia-da-gramatica\\_digital-2024.pdf](https://www.editora.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2024/12/Historia-da-gramatica_digital-2024.pdf). Acesso em: 12 maio 2026.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida**. São Paulo, SP: Hedra, 2017.

---

<sup>7</sup> O termo *gramatização* é empregado aqui no sentido de processo histórico de descrição, normatização e instrumentalização de uma língua, por meio da elaboração de gramáticas, dicionários e outros dispositivos metalinguísticos, conforme Auroux (1992).

<sup>8</sup> O autor sugere que muitas categorias presentes nas gramáticas escolares contemporâneas derivam diretamente da tradição greco-latina e medieval, frequentemente transmitidas sem problematização de sua origem histórica ou de seus pressupostos teóricos.



ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Trad. L. M. Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Livro Técnico; Brasília: INL-MEC, 1979.

VARRÃO, Marco Terêncio. De lingua Latina. In: VALENZA, G. M. **De Lingva Latina**, de Marco Terêncio Varrão: tradução dos livros VIII, IX e X. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/26349>. Acesso em: 13 maio 2019.